

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2010 PROCESSO Nº 345.525/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS, mediante o Pregoeiro, designado pela **Portaria nº 140**, de 27 de abril de 2010, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará às **09H30 horas do dia 15 de outubro de 2010**, sendo que **o credenciamento inicia-se 30 (trinta) minutos antes** do horário marcado para abertura da sessão, em sua sala de reuniões, situada na Avenida Jones dos Santos Neves, nº 70 – Centro – São Mateus-ES, Cep.: 29.930-000, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, regida pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 3.784/2001, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Os envelopes de proposta de preços e habilitação do objeto especificado neste edital serão recebidos e abertos no dia, hora e local acima designado.

I. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 1.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos.
- 1.2. Não poderão participar desta licitação, empresas que se enquadrarem em uma ou mais das sequintes situações:
- a) que tenha sido declarada inidônea e/ou suspensa temporariamente por qualquer órgão da administração pública direta e indireta, seja federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- b) que esteja sob regime de recuperação judicial ou falência;
- c) qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- d) empresa que tenha como sócio, gerente ou diretor, Membro ou Servidor ocupante de cargo público na Prefeitura Municipal de São Mateus e/ou seu cônjuge.
- 1.3. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente. Caso inexistam, tal fato deverá ser declarado de acordo com **Anexo II**, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.
- 1.4. Não serão admitidas nesta licitação empresas que operem sob regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, nem a subcontratação total ou parcial do fornecimento do objeto deste Pregão.
- 1.5. Poderão participar as empresas interessadas que estiverem cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, sendo que sua regularidade deverá ser comprovada com documento ou certidão própria que confirme o referido cadastramento, devidamente válido.
- 1.6. As empresas interessadas em participar da presente licitação que não se encontram cadastradas no SICAF deverão apresentar os documentos relacionados no item 7.2 do edital, observando-se os respectivos prazos de validade.

II. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto do presente edital a LOCAÇÃO VEÍCULOS PESADOS E MÁQUINAS PESADAS, conforme especificações constantes no Anexo I Termo de Referência, parte integrante deste edital.
- 1.3. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento vigente e na proposta orçamentária dos exercícios de 2010 e seguintes:

007010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS 15 - URBANISMO 451 - INFRAESTRUTURA URBANA 0117 - VIAS PÚBLICAS

1.006 - ABERTURA, REABERTURA, PAVIMENTAÇÃO E OS MELHORAMENTOS DE VIAS PÚBLICAS



333903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 00500 – RECURSOS PRÓPRIOS

015010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, AQUICULTURA, ABASTECIMENTO E PESCA 20 - AGRICULTURA 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO 0024 - CONSTRUÇAÕ / MANUTENÇAÕ DE ESTRADAS E BUEIROS 2.107 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO 333903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 00500 - RECURSOS PRÓPRIOS

III. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

- 3.1. Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro por um único representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.
- 3.2. O credenciamento far-se-á através de instrumento público de procuração ou instrumento particular (com firma reconhecida), acompanhado do estatuto ou contrato social, para fins de comprovação de poderes para subscrevê-lo, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, dispensada, neste caso, a apresentação de procuração.
- 3.3. Apresentar, juntamente com os documentos acima detalhados, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante do **Anexo IV** deste edital.
- 3.4. As empresas que se enquadrarem como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar, no ato do credenciamento, para comprovação de tal condição, Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial a partir de maio/2010, para aplicação da Lei Complementar 123/2006, nas fases de habilitação e julgamento das propostas.
- 3.5. Todos os documentos exigidos neste Capítulo deverão ser entregue ao pregoeiro em original, ou cópia devidamente autenticada em Cartório ou por Servidor Público, membro da CPL e/ou Equipe de Pregão. Ressaltando-se que em caso de autenticação por servidor público o mesmo não será efetuado no dia do procedimento licitatório.
- 3.6. Nenhuma pessoa, física ou jurídica, mesmo que credenciada por processos legal, poderá representar mais de uma empresa na presente licitação.

IV. DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

- 4.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preço e documentação para habilitação será pública, dirigida por um pregoeiro designado para tal, e realizada de acordo com o que rezam a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com este edital e seus anexos, no local, data e horário já determinados.
- 4.2. Na data, local e hora aprazados, constantes do preâmbulo do presente edital, antes do início da sessão, o interessado ou seu representante legal deve credenciar-se junto ao pregoeiro na forma do Capítulo III.
- 4.3. Aberta a sessão, os proponentes credenciados apresentarão, em envelopes separados e fechados, a proposta de preço (ENVELOPE Nº 1) e a documentação de habilitação (ENVELOPE Nº 2), momento em que dar-se-á início à fase de classificação com a abertura do ENVELOPE nº 1.



- 4.4. Declarada a abertura da sessão pelo pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes dos proponentes credenciados na forma do Capítulo anterior.
- 4.5. No ato de encerramento da sessão serão devolvidos os envelopes de habilitação fechados, dos licitantes participantes e não vencedores do certame, desde que não tenham sido interpostos recursos ou após manifestação expressa do desejo de não recorrer ou ainda após o julgamento dos mesmos.

V. DAS PROPOSTAS (Envelope 1)

5.1. Os licitantes deverão apresentar envelope fechado, tendo na parte frontal, os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE PREGÃO Nº 100/2010 - Processos nº 345.525/2010 ENVELOPE "1" - PROPOSTA DE PREÇO

- 5.2. A proposta deverá obrigatoriamente atender aos seguintes requisitos:
- a) ser datilografada, digitada ou impressa através de edição eletrônica de textos, em uma via, em papel timbrado da empresa licitante, contendo a razão social, o CNPJ, os números dos telefones, do fax, sítio na Internet, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, rasuras, emendas ou entrelinhas;
- b) o valor POR LOTE da proposta, **detalhado na forma do Anexo V deste Edital** (Modelo de Proposta de Preços), considerando todos os custos e despesas diretas e indiretas para o fiel atendimento do objeto deste certame;
- c) uma única cotação para cada item;
- d) valor total, expresso em dois algarismos após a vírgula e por extenso;
- e) conter preços de cada item, expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, neles incluídas todas as despesas de impostos, transporte, mão-de-obra e demais itens indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto deste Pregão. Em caso de discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros; ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos;
- f) conter prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura das propostas;
- g) conter prazo de execução do contrato do objeto da presente licitação, conforme solicitado no edital; OBS.: Solicita-se que seja anexada a proposta de preços a **planilha de dados na forma do anexo VI** devidamente preenchida, com os dados gerais para efeito de emissão de Nota de Empenho, posterior pagamento, e demais atos necessários, sendo que a não apresentação da referida planilha não desclassificará a licitante.
- 5.3. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e conseqüente desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se da prestação do serviço objeto da presente licitação.
- 5.4. Caso os prazos de validade da proposta, de execução do contrato, e de garantia não estejam expressamente indicados na proposta, fica estabelecido que estes prazos serão os estipulados no edital, no item 5.2, alíneas "f", "g" respectivamente.

VI. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:
- a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;
- b) apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;
- c) apresentarem preço total ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- d) apresentarem proposta alternativa.
- 6.2. Será proclamado melhor classificada, pelo pregoeiro, o proponente que apresentar a proposta de menor preço total, para o objeto deste edital, e em seguida, as propostas com preços até 10% superiores àquela, ou as propostas das 03 (três) melhores ofertas.



- 6.3. Aos proponentes proclamados conforme o item anterior será dado oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 6.4. O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentarem lances verbais, inferiores ao valor total da proposta de menor preço, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 6.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.6. Caso não se realize lances verbais, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, ou, caso contrário, será verificada a conformidade da proposta do licitante que apresentou o menor lance e o valor estimado para a contratação.
- 6.7. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 6.8. Em seguida o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 6.9. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, **das condições habilitatórias**:
- a) com base no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF e documentação complementar exigida no edital; ou
- b) no caso dos não cadastrados, na documentação exigida no edital.
- 6.10. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, do objeto definido neste edital e seus anexos, efetuada pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 6.11. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor do objeto deste edital e seus anexos, pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 6.12. Caso não se realizem lances verbais, ou nas situações previstas nos subitens 6.8 e 6.11, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 6.13. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada da sessão, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro, sua equipe de apoio e pelos proponentes presentes.
- 6.14. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 6.15. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 6.16. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.
- 6.17. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o que somente poderá ocorrer no caso das propostas escritas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, para decidir quem iniciará a etapa de lances verbais. Entretanto, não havendo interesse de nenhum dos licitantes em oferecer lances verbais, permanecendo o empate, será realizado novo sorteio para desfazer o empate.
- 6.18. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele(a) estipulado, contado do recebimento da convocação.



- 6.19. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 6.20. Concluída a fase de julgamento do objeto do presente certame, o licitante vencedor deverá <u>no prazo de 02 (dois) dias, apresentar nova Proposta</u>, nos moldes do **Anexo V** deste edital, ajustada aos novos valores, respeitada a proporção inicial entre os preços unitários de cada item e o valor total da proposta.
- 6.21. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no momento da emissão da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, e, observado o disposto nos subitens 6.11 e 6.12.
- 6.22. Se o licitante vencedor recusar-se, injustificadamente, a cumprir as obrigações contraídas, será aplicada a regra estabelecida no subitem anterior, quanto a convocação de outro licitante, sem prejuízo da aplicação das penalidades do Capítulo XIV deste Edital.

VII. DA HABILITAÇÃO (Envelope 2)

7.1. Com vistas à habilitação na presente licitação as empresas deverão apresentar envelope fechado contendo na parte frontal os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE PREGÃO Nº 100/2010 - Processos nº 345.525/2010 ENVELOPE "2" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.2. O envelope "2" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

7.2.1. Habilitação Jurídica

- a) registro comercial, devidamente registrado na respectiva Junta Comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na respectiva Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.2.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas do item "7.2.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

7.2.2. Regularidade Fiscal

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (cartão CNPJ).
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (FAC Ficha de Atualização Cadastral) ou Municipal (Alvará de Funcionamento), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social: Certidão Negativa de Débito CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.
- g) comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede da proponente.

7.2.3. Qualificação Técnica



- a) Apresentar Certidão de Regularidade, com validade na data da abertura do certame, da licitante junto ao CRA (Conselho Regional de Administração), juntamente com a referente cópia, devidamente autenticada, do registro de seu responsável técnico, comprovando vinculo empregatício na data da abertura do certame.
- b) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços que tenham características semelhantes ao objeto desta licitação, devidamente registrado no órgão competente
- c) Declaração de inexistência de fato impeditivo para a habilitação, na forma do parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo constante no Anexo II deste edital;
- d) Declaração de inexistência no quadro funcional da empresa de menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou de qualquer menor de 16 (dezesseis) anos (decreto federal nº 4.358/2002); conforme Anexo III.

7.2.4. Qualificação Econômico-Financeira.

- a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a **30 (trinta) dias** da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
- 7.3. Às empresas cadastradas no SICAF, fica facultada a apresentação do documento do SICAF, que for competente para substituir os documentos possíveis e válidos, referente aos itens 7.2.1 e 7.2.2. Esse formulário somente será válido para esta licitação se as informações relativas aos respectivos documentos estiverem disponíveis e dentro do prazo de validade, responsabilizando-se a própria licitante caso não inclua os documentos dentro do respectivo envelope, por sua inabilitação.

7.4. A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido neste edital, em caso de não estabelecido no edital estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, o(a) pregoeiro(a) considerará como prazo de validade o de 90 (noventa) dias, contados da data de expedição do respectivo documento;
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz.
- 7.5. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.
- 7.6. Os documentos passíveis de consulta via internet poderão ter sua validade verificada, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda, observado o disciplinamento constante do item 7.3.
- 7.7. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada, todos deverão ser perfeitamente legíveis.

VIII. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

- 8.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- 8.2. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada em 24 (vinte e quatro) horas, devendo ser entregue diretamente ao pregoeiro, no **SETOR DE LICITAÇÕES DA PMSM**, anexando os seguintes documentos, sob pena de não acolhimento:
- a) cópia devidamente autenticada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ;
- b) Procuração (quando for o caso);
- c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada).
- 8.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 8.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.



- 8.5. Dos atos do pregoeiro neste processos licitatório cabe recurso, sendo a manifestação da intenção de interpô-lo expressa no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias.
- 8.6. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 8.7. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.8. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 8.9. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão dar entrada no Serviço de Protocolo da PMSM, observado o disciplinamento do item 8.2.
- 8.10. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede desta PMSM, no Setor de Licitação.

IX. DA ADJUDICAÇÃO

- 9.1. Após a declaração de vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recursos ou transcorridos os prazos recursais, o pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, e posteriormente será submetido à autoridade competente para homologação.
- 9.2 No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, serão adotados Oe mesmos procedimentos já previstos neste edital para adjudicação e homologação do resultado da licitação.
- 9.3 A autoridade competente homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo perante o Município.
- 9.4 Se a proponente de MENOR PREÇO POR LOTE não atender às exigências de habilitação ou recusar injustificadamente a assinar a Ata, o Município poderá retomar a sessão e examinar a documentação das proponentes das ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela feita à adjudicação do objeto da licitação.
- 9.5 Decorrido o prazo do item 9.3, dentro do prazo da validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, será ele havido como desistente, ficando sujeito às sanções aplicáveis, conforme previsto em lei.

X. DA CONTRATAÇÃO

- 10.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de Termo de Contrato, cuja minuta integra este edital como Anexo VII.
- 10.1.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 10.1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.



- 10.2 A adjudicatária deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao Setor de Licitações, situada no endereço do preâmbulo deste edital para assinar o termo de contrato.
- 10.3 Quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 10.1.1 deste item, ou se recusar a celebrar a contratação, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração do contrato.
- 10.3.1 Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 02 (dois) dias úteis, contados da divulgação do aviso.
- 10.4 O presente contrato terá sua vigência a partir da data da assinatura da Ordem de Serviços pelo prazo de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado na forma preconizada pelo Artigo 57, inciso II do da Lei 8.666/1.993 e suas alterações.
- 10.5 Não obstante o prazo estipulado no subitem 10.4 deste item 10, a vigência contratual nos exercícios subseqüentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de , v recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.
- 10.6 Ocorrendo à resolução do contrato, com base na condição estipulada neste item, a Contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização.
- 10.7 A execução dos serviços deverá ter início em até 15 (quinze) dias, a contar da data de assinatura da Ordem de Serviços.

XI. DO RECEBIMENTO E ENTREGA DO OBJETO

- 11.1. O recebimento do objeto desta licitação será fiscalizado por servidor, lotado na Secretaria requisitante, e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do § 1º e Inciso II, do Art. 73, da Lei de Licitações da seguinte forma:
- a) quanto à **prestação dos serviços**, o qual será **parcelada**, se a quantidade e/ou qualidade não corresponderem ao solicitado, será comunicado à Contratada para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, faça a devida substituição, sem ônus para o Contratante.
- 11.2. A empresa contratada deverá atender a solicitação das Secretarias requisitantes no prazo de até 12 (doze) horas, contado a partir do recebimento da solicitação, podendo ser prorrogado, desde que plenamente justificado, atendendo aos interesses e conveniências da Administração.
- 11.2.1. O transporte do objeto licitado até o local solicitado deverá ser de inteira responsabilidade da contratada, não sendo deste forma, as horas do trajeto computadas como horas trabalhadas.

XII. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a medição, por meio de depósito na contacorrente da contratada, através de Ordem Bancária, após a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Nota Fiscal/Fatura de serviços discriminativa, em via única, devidamente atestada;
- b) Certidão Negativa de Débito CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social INSS;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e
- d) Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005, bem como a CND's Estadual e Municipal;
- e) No caso de serviços, obras e/ou locações, Boletim de Medição atestado pela Secretaria requisitante.
- 12.2. A apresentação de Nota Fiscal/Fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação, requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à Empresa contratada para regularização, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 12.3. A PMSM reterá, na fonte, sobre o pagamento efetuado os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº 539/2005.



- 12.4. Se a empresa contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à Nota Fiscal/Fatura documento que comprove esta opção, na forma do Anexo IV, da IN/SRF nº 480/2004, alterada pela IN/SRF nº 539/2005, situação em que não incidirá a retenção disposta no subitem anterior.
- 12.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 13.6. Considera-se data do pagamento o dia da efetiva entrega da Ordem Bancária na unidade bancária.

XIII. DAS PENALIDADES

- 13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São Mateus poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo legal, aplicar as seguintes sanções;
- a) advertência sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;
- b) multa moratória a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,1% sobre o valor total do contrato, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
- c) multa compensatória em razão de inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar esse valor sobre o valor total do contrato, podendo esse valor ser abatido do pagamento a que fizer jus o contratado, recolhido através de GRU, ou cobrado judicialmente;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- e) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 13.2. A PMSM aplicará as penalidades previstas na lei 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
- 13.3. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.4 É admissível recurso das penalidades previstas neste capítulo, exceto para a prevista na alínea "e", no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato (publicação no DIO/ES), de acordo com os preceitos do artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada.
- 13.5 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 14.1 alínea "e", caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.
- 13.6 Os recursos serão dirigidos à Autoridade que aplicou a penalidade, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

XIV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. A participação nesta licitação implica na plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.
- 14.2. À PMSM reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, não cabendo aos licitantes o direito a indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da mesma Lei.



- 14.3. A proposta da Contratada, juntamente com a Nota de Empenho e as disposições deste edital, terão conjuntamente valor de contrato, gerando direitos e obrigações tanto para a Contratada quanto para a Contratante, conforme Art. 62 da Lei nº 8.666/93.
- 14.4. Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos no horário de 11h30 as 17h30, no Setor de Licitações, situado na Avenida Jones dos Santos Neves, nº 70 Centro, ou através do telefone (27) 3761-4850, fax (27) 3763-2812 ou e-mail licitacao@saomateus.es.gov.br.
- 14.5. Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a), de acordo com o que rezam a Lei 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 14.6. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro de SÃO MATEUS.
- 14.7. Nesta data passa a constar o mesmo informativo deste edital no sítio oficial da PMSM na Internet: www.saomateus.es.gov.br.
- 14.8. O licitante ficará obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 14.9. Integram este edital:

anexo I - termo de referência;

anexo II - declaração de inexistência de fato impeditivo para a habilitação;

anexo III - declaração do inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93;

anexo IV - declaração de que cumpre os requisitos da habilitação;

anexo V - modelo de proposta de preços;

anexo VI - planilha de dados cadastrais;

anexo VII - minuta de contrato.

São Mateus/ES, 30 de setembro de 2010.

CONRADO BARBOSA ZORZANELLI Pregoeiro - PMSM



Pregão Presencial nº 100/2010 ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

LOCAÇÃO VEÍCULOS PESADOS E MÁQUINAS PESADAS, compreendendo Locação de Pá Carregadeira, Motoniveladora, Retroescavadeira, Rolo Compactador Auto Propulsor, Escavadeira Hidráulica de esteira, Caminhão Caçamba Toco, Caçamba Truck, Caminhão Pipa Toco, Trator de esteira, trator de Pneu 4x4 com grade aradora 18x28, fabricação nacional, nas especificações e quantidades determinadas abaixo.

2. JUSTIFICATIVA

Os objetos ora contratados serão aplicados para uso em serviços de abertura, reabertura, pavimentação e ou melhoramento de vias publicas, bem como na manutenção de estradas vicinais e bueiros do município, e outros que se fizerem necessários.

3. FORMA E LOCAL DA ENTREGA

Os Maquinários deverão ser entregues em perfeitas condições de uso nas localidades solicitadas pelas Secretarias requisitantes, de acordo com a demanda das Secretarias.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Deverão ser rigorosamente atendidas as especificações constantes da tabela abaixo e observados os esclarecimentos constantes deste anexo.

Item	Quant.	Unid	Nº Máquinas	Discriminação do Produto
	Estimada		а	
			disponibilizar	
				Horas de Pá Carregadeira articulada, com potência
				mínima de 130 HP, ano mínimo de fabricação de 2005
				ou superior, com cabine com ar condicionado, para
01	4000	Н	02	manutenção da rede de estradas vicinais do município,
				bem como em serviços de abertura, reabertura,
				pavimentação e ou melhoramento de vias publicas e
				estradas vicinais;
				Horas de Motoniveladora com potência mínima de 170
				HP, ano mínimo de fabricação de 2005 ou superior, com
				ar condicionado ou climatizados, freio de disco múltiplos,
02	7500	Н	03	barra de tração de 04 sapatas, direção hidráulica, Ripper
				Traseiro, peso operacional mínimo de 14000 kg, para
				manutenção de estradas vicinais do município, bem
				como em serviços de abertura, reabertura,
				pavimentação e ou melhoramento de vias publicas e
				estradas vicinais.



		1		
				Horas de Retroescavadeira, tração 4x4, com potência mínima de 95 HP, ano mínimo de fabricação de 2005 ou
03				superior, caçamba dianteira com capacidade mínima de
	2000	Н	02	1m³ e profundidade mínima de escavação de 4,5metros,
				para manutenção de estradas vicinais do município, bem
				como em serviços de abertura, reabertura,
				pavimentação e ou melhoramento de vias publicas e
				estradas vicinais.
04				Horas de Rolo Compactador Auto Propulsor, potencia
	1000	Н		mínima de 80 HP, ano mínimo de fabricação de 2005 ou
			01	superior, peso operacional mínimo de 7000 kg, tambor
				pata, para manutenção da rede de estradas vicinais do
				município, bem como em serviços de abertura,
				reabertura, pavimentação e ou melhoramento de vias
				publicas.
				Horas de Escavadeira Hidráulica de esteira com potência
05	3000	Н	01	mínima de 92 HP, peso operacional mínimo de 12000 kg,
				ano mínimo de fabricação 2005 ou superior, para
				manutenção da rede de estradas vicinais do município,
				bem como em serviços de abertura, reabertura,
				pavimentação e ou melhoramento de vias publicas.
				Horas de trator de esteira com potência mínima de
06	2000	Н	01	85HP, em bom estado de conservação, ano mínimo de
				fabricação 2005 ou superior, para manutenção da rede
				de estradas vicinais do município, bem como em serviços
				de abertura, reabertura, pavimentação e ou
				melhoramento de vias publicas.
				Horas de Caminhão Pipa Toco com capacidade de no
				mínimo 8000 litros, bico de pato traseiro, chuveiro
07	2500	Н	01	traseiro, canhão superior, mangueira com plataforma
				para serviço móvel, auto carregável, ano mínimo de
				fabricação de 2005 ou superior, em bom estado de
				conservação.
08	2500	Н	01	Horas de Caminhão Caçamba Toco de capacidade de no
				mínimo de 4 a 6m³ (metros cúbicos), ano mínimo de
				fabricação de 2005 ou superior, em bom estado de
				conservação.
09			01	Horas de Caminhão Caçamba Truck de capacidade de no
	2500	Н		mínimo de 10 a 12 m³ (metros cúbicos), ano mínimo de
				fabricação de 2005 ou superior, em bom estado de



				conservação.
10	2000	Н	01	Horas de Trator de Pneus 4x4 com potência mínima de
				100 HP, ano de fabricação mínima de 2005 ou superior,
				com grade aradora 18x36, em bom estado de
				conservação

5. OUTRAS PRESCRIÇÕES

Além das especificações acima, deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento do produto licitado;

- 5.1 Não será aceito em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;
- 5.2 Prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das propostas de preço;
- 5.3 Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos com transporte, carga, descarga, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço;
- 5.4 A manutenção preventiva, operador, manutenção corretiva, com reposição de peças, combustível são de responsabilidade da **CONTRATADA**;
- 5.5 Toda manutenção, tanto preventiva quanto a corretiva deverão ser executadas por conta da Contratada.
- 5.6 Caso o maquinário/equipamento venha apresentar defeitos que impeça a execução dos trabalhos, deverão ser substituídos por outro no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em casos de emergência, justificados pelo Município, onde o prazo para substituição será de até 24 (vinte e quatro) horas;
- 5.7 O Transporte das Máquinas/Equipamentos até o local solicitado pela CONTRATANTE é de responsabilidade da CONTRATADA e, para efeito de pagamento só serão computadas as horas efetivamente trabalhadas;
- 5.8 A partir da solicitação do maquinário/equipamento pela CONTRATANTE, a CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para disponibilização no local indicado pela CONTRATANTE.



Pregão Presencial nº 100/2010 ANEXO II DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Papel timbrado da empresa)

A empresa		, CNPJ nº		, sediada
	, declara, sob	as penas da lei, q	ue até a presente	data inexistem
fatos impeditivos para	sua habilitação no processo	licitatório nº 345.52	25/2010, PREGÃO	PRESENCIAL nº
100/2010 da Prefeitur	ra Municipal de São Mateus	s, ciente da obrigat	toriedade de decla	irar ocorrências
posteriores.				
Local de data,				
(assinatura do represe	ntante legal da empresa)			



Pregão Presencial nº 100/2010 ANEXO III DECLARAÇÃO (Papel timbrado da empresa)

Ref.: Processo Licitatório nº 345.525/2010 Pregão Presencial nº 100/2010

	,	inscrito no CNPJ nº	, por intermédio
			, . , portador da Carteira de
			, DECLARA, para fins do disposto
no inciso V do art. 27 da Lei	nº 8.666, de	e 21 de junho de 1993	, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de
outubro de 1999, que não em	nprega menor	de dezoito anos em tr	abalho noturno, perigoso ou insalubre e
não emprega menor de dezes	sseis anos.		
Ressalva: emprega menor, a Local e data	partir de qua	torze anos, na condiçã	o de aprendiz ().



Pregão Presencial nº 100/2010 ANEXO IV Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação (Papel timbrado da empresa)

Processos nº 345.525/2010 Pregão Presencial nº 100/2010

Α	empresa _					CNPJ	nº			sediada
			, declara,	sob as p	penas	da Lei,	que	está e	em situaçã	o regular
pera	nte a Fazenda	Federal, a Segur	idade Soci	al - INSS	e o Fu	ındo de	Garan	itia do	Tempo de	Serviço -
FGT	S, bem como,	atende às exigênc	ias do edit	al quanto	à habi	litação p	ara o	s fins p	revistos no	processo
licita	atório nº 345.5	25/2010, Pregão F	Presencial i	nº 100/20	10 da	PMSM.				
Loca	al e data,									
(ass	inatura do repi	resentante legal da	a empresa`)						



Pregão Presencial nº 100/2010 ANEXO V MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A Empresa	, CNPJ nº	, estabelecida na
(endereço completo), vem apresentar proposta de	preços para os fins de	e participação do Pregão
Presencial nº 100/2010, Processos nº 345.525/2010	, que tem como objeto	a LOCAÇÃO VEÍCULOS
PESADOS E MÁQUINAS PESADAS, da seguinte form	na:	

Item	Quant.	Unid	Nº Máquinas	Discriminação do Produto	Preço	Preço
	Estimada		а		unitário	total
			disponibilizar			
	LOTE I					
				Horas de Pá Carregadeira articulada,		
				com potência mínima de 130 HP, ano		
				mínimo de fabricação de 2005 ou		
01	4000	Н	02	superior, com cabine com ar		
				condicionado, para manutenção da		
				rede de estradas vicinais do município,		
				bem como em serviços de abertura,		
				reabertura, pavimentação e ou		
				melhoramento de vias publicas e		
				estradas vicinais;		
				Horas de Motoniveladora com potência		
				mínima de 170 HP, ano mínimo de		
				fabricação de 2005 ou superior, com ar		
02	7500	Н	03	condicionado ou climatizados, freio de		
				disco múltiplos, barra de tração de 04		
				sapatas, direção hidráulica, Ripper		
				Traseiro, peso operacional mínimo de		
				14000 kg, para manutenção de		
				estradas vicinais do município, bem		
				como em serviços de abertura,		
				reabertura, pavimentação e ou		
				melhoramento de vias publicas e		
				estradas vicinais.		
				Horas de Retroescavadeira, tração 4x4,		
				com potência mínima de 95 HP, ano		
				mínimo de fabricação de 2005 ou		
03	2000	Н	02	superior, caçamba dianteira com		
				capacidade mínima de 1m³ e		
				profundidade mínima de escavação de		



				4,5metros, para manutenção de	
				estradas vicinais do município, bem	
				como em serviços de abertura,	
				reabertura, pavimentação e ou	
				melhoramento de vias publicas e	
				estradas vicinais.	
			VALOR I		
				LOTE II	
				Horas de Rolo Compactador Auto	
				Propulsor, potencia mínima de 80 HP,	
				ano mínimo de fabricação de 2005 ou	
				superior, peso operacional mínimo de	
01	1000	Н	01	7000 kg, tambor pata, para	
				manutenção da rede de estradas	
				vicinais do município, bem como em	
				serviços de abertura, reabertura,	
				pavimentação e ou melhoramento de	
				vias publicas.	
				Horas de Escavadeira Hidráulica de	
				esteira com potência mínima de 92 HP,	
				peso operacional mínimo de 12000 kg,	
				ano mínimo de fabricação 2005 ou	
02	3000	Н	01	superior, para manutenção da rede de	
				estradas vicinais do município, bem	
				como em serviços de abertura,	
				reabertura, pavimentação e ou	
				melhoramento de vias publicas.	
				Horas de trator de esteira com potência	
				mínima de 85HP, em bom estado de	
				conservação, ano mínimo de fabricação	
				2005 ou superior, para manutenção da	
				rede de estradas vicinais do município,	
03	2000	Н	01	bem como em serviços de abertura,	
				reabertura, pavimentação e ou	
				melhoramento de vias publicas.	
				Horas de Trator de Pneus 4x4 com	
				potência mínima de 100 HP, ano de	
04	2000	Н	01	fabricação mínima de 2005 ou superior,	
				com grade aradora 18x36, em bom	
				estado de conservação	
-			•		



			VALOR L	OTE II		
	LOTE III					
				Horas de Caminhão Pipa Toco com		
				capacidade de no mínimo 8000 litros,		
				bico de pato traseiro, chuveiro traseiro,		
				canhão superior, mangueira com		
01	2500	Н	01	plataforma para serviço móvel, auto		
				carregável, ano mínimo de fabricação		
				de 2005 ou superior, em bom estado		
				de conservação.		
				Horas de Caminhão Caçamba Toco de		
				capacidade de no mínimo de 4 a 6m³		
02	2500	Н	02	(metros cúbicos), ano mínimo de		
				fabricação de 2005 ou superior, em		
				bom estado de conservação.		
				Horas de Caminhão Caçamba Truck de		
				capacidade de no mínimo de 10 a 12		
03	2500	Н	02	m³ (metros cúbicos), ano mínimo de		
				fabricação de 2005 ou superior, em		
				bom estado de conservação.		
			VALOR L	OTE III	R\$	

Valor LOTE I por extenso:

Valor LOTE II por extenso:

Valor LOTE III por extenso:

Validade da Proposta: 60 dias

Local e data Assinatura e carimbo da empresa



Processos nº 345.525/2010 Pregão Presencial nº 100/2010 ANEXO VI PLANILHA DE DADOS CADASTRAIS (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Dados da Empresa:	
Razão Social	
CNPJ	
Endereço Completo	
CEP	
Fones / Fax	
E-mail	
Site Internet	
Optante SIMPLES	SIM () NÃO ()
	tante da Empresa para assinatura do Contrato:
Nome	
Cargo	
Nacionalidade	
Estado civil	
Profissão	
Endereço Completo	
CEP	
Fone / Fax	
E-mail	
Carteira de	
Identidade	
Orgão Expedidor	
CPF	
Dada Bassásia da	P
Dados Bancários da	i Empresa:
Banco	
Agência Conta	
Conta	
Dados do Contato o	om a Empresa:
Nome	
Cargo	
Endereço Completo	
CEP	
Fone / Fax	
E-mail	

Local e data Assinatura e carimbo da empresa



Contabilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS - ES Comissão Permanente de Licitação e Pregão

ANEXO VII

O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.167.477/0001-12, com sede na Avenida Jones dos Santos Neves, nº 70, Centro, São Mateus - ES, doravante denominado <u>CONTRATANTE</u> , neste ato representado pelo Sr. Prefeito AMADEU BOROTO
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente instrumento tem por objeto a 2.1. <u>LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS E MÁQUINAS PESADAS</u> , de acordo com as especificações constantes do <i>Anexo I – Termo de Referência e do Pregão Presencial nº 100/2010</i> , partes integrantes deste contrato para todos os efeitos, independente de transcrição.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO
2.1. O pagamento da importância relativa à aquisição dos produtos correrá por conta de Dotações Orçamentárias própria:
007010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS 15 - URBANISMO 451 - INFRAESTRUTURA URBANA 0117 - VIAS PÚBLICAS 1.006 - ABERTURA, REABERTURA, PAVIMENTAÇÃO E OS MELHORAMENTOS DE VIAS PÚBLICAS 333903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 00500 - RECURSOS PRÓPRIOS
015010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, AQUICULTURA, ABASTECIMENTO E PESCA 20 - AGRICULTURA 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO 0024 - CONSTRUÇÃO / MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E BUEIROS 2.107 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO 333903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 00500 - RECURSOS PRÓPRIOS
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O presente contrato tem por valor total estimado a quantia de R\$
3.1.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado após a entrega, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta licitação deverão ser pagas até 30 (trinta) dias após o fornecimento do serviço.
3.2. Para efetivação do pagamento é obrigatório a apresentação das Certidões Negativas de Débito de INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal devidamente atualizados, (originais ou cópias

autenticadas em cartório), que deverão ser anexadas à(s) nota(s) fiscal e entregues ao Setor de

3.3. O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos

pela Contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.



- 3.4. Estão incluídos no valor global os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para a entrega dos respectivos produtos.
- 3.5. Os valores estipulados no presente contrato são irreajustáveis, salvo por fato superveniente devidamente comprovado e deferido pelo município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo Município, podendo ser prorrogado, na forma preconizada pelo Artigo 57, inciso IV do da Lei 8.666/1.993 e suas alterações, à critério da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS MAQUINÁRIOS

- 5.1. A execução dos objetos contratados será de forma parcelada, obedecendo rigorosamente aos prazos estipulados no edital, podendo ser modificada, desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência da Administração.
- 5.1.1. O prazo máximo para o início da execução do serviço será de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço expedida pelo Município, podendo ser prorrogado, desde que plenamente justificado, atendendo aos interesses e conveniências da Administração.
- 5.2.1 A empresa contratada, deverá atender às solicitações das Secretarias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) horas, salvo fato superveniente justificado, aceito pelo Município.
- 5.1.2. O transporte, montagem, desmontagem e manutenção do objeto deverão ser realizadas pelo fornecedor.
- 5.2. Se a qualidade do objeto não corresponder às especificações do Edital, estes serão devolvidos, aplicando-se as penalidades cabíveis.
- 5.3. A Contratada será responsável pela execução do objeto deste instrumento contratual, pelo preço global proposto e aceito pelo Contratante.
- 5.4. A Contratada deverá observar rigorosamente as especificações do objeto realizada pelas Secretarias Municipais requisitantes.
- 5.5. Caso o maquinário/equipamento venha apresentar defeitos que impeça a execução dos trabalhos, deverão ser substituídos por outro no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em casos de emergência, justificados pelo Município, onde o prazo para substituição será de até 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A Contratada obriga-se a providenciar o fornecimento do objeto do presente contrato, sempre em regime de atendimento à fiscalização do preposto do Contratante, dispondo este de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O Contratante fiscalizará o objeto entregue, através de servidor lotado na Secretaria Municipal requisitante, de forma a fazer cumprir, rigorosamente as condições e prazos contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1.É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto deste contrato, salvo autorização prévia do Município.



CLÁUSULA NONA - DA ASSINATURA DO CONTRATO

- 9.1. A assinatura do presente contrato fica condicionada a apresentação por parte da Contratada, de cópia da Certidão Negativa de Débito CND (INSS), Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como do Certificado de Regularidade de Situação CRS (FGTS) atualizadas.
- 9.2. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Contratada citadas no item 9.1 estiverem com os prazos de validade vencidos, o Contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processos a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 9.3. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Contratada será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 9.4. Quando a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocada a licitante subseqüente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, com vistas à celebração da contratação, em conformidade com o artigo 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

10.1. A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução do fornecimento parcial ou total, isentando-o de todas as reclamações que surjam subseqüentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos, ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida no fornecimento dos respectivos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

11.1. Havendo interesse público, o presente contrato poderá ser rescindido conforme previsão nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E DOS ENCARGOS SOCIAIS.

12.1. À Contratada cabem os recolhimentos em favor da Previdência Social e os ônus inerentes às obrigações trabalhistas de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

- 13.1. A Contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do objeto deste contrato, sujeitando-se as penalidades constantes no artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da lei nº. 8.666/1993 e suas alterações, a saber:
- 13.2. Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- 13.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da Contratada das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:
- a) multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o décimo dia corrido; após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea "b".
- b) multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total da inadimplência referente aos itens constante da ordem de Fornecimento, na hipótese de qualquer das obrigações assumidas.
- c) Cancelamento da contratação e suspensão temporária do direito de licitar com o Contratante, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de descumprimento integral de, no mínimo, uma Ordem de Fornecimento ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento.
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a



Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

13.4. A aplicação de multas aqui referidas, independerá de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigíveis, desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Quando necessária a modificação no valor contratual, em decorrência de acréscimos ou decréscimo quantitativa de seu objeto, poderá ocorrer até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, servindo de base o valor unitário da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Naquilo em que for omisso, o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelas condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial nº. 100/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

16.1. A administração Municipal deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato até o quinto dia útil do mês subseqüente ao mês de assinatura, na Imprensa oficial, em conformidade com o parágrafo único do artigo 61 da lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - DO REAJUSTE DOS PRECOS

17.1 - Os preços contratados só poderão ser reajustados, depois de transcorridos 12 (doze) meses de execução pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas-IGP-DI (FGV).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

- 18.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento fica eleito o Foro da Comarca de São Mateus ES, por mais privilegiado que outros sejam.
- 18.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

	São Mateus, de	de 2010.
	Amadeu Borot Prefeito Município de São N CONTRATAN	1ateus
	Nome Cargo Empresa CONTRATAD	0
TESTEMUNHAS:		
Nome: CPF(MF):	Nom CPF(ne: (MF):



Recebi da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS – ES, uma cópia do **Pregão Presencial nº 100**, referente à **contratação de empresa** LOCAÇÃO VEÍCULOS PESADOS E MÁQUINAS PESADAS

	L	ocal e data:
	Assinatura	
NomeLegível:		
DADOS DA EMPRESA ADQUIRENTE		
Razão Social: Endereço.: Nº do CNPJ:		
Telefone: ()		
Telefax: ()		
Celular: ()		_
Pessoa de contato:		
E-Mail:		